

## Senado libera a pauta e vota mais de 70 matérias

Avanço no entendimento sobre novas regras para a tramitação das medidas provisórias permite destrancar votações. Prazo final para entrega de armas foi prorrogado para 23 de junho

### Empresa em recuperação pode parcelar impostos

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto que permite às empresas em recuperação judicial parcelar débitos com a Receita Federal, o INSS e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A proposta, que pode ser encaminhada à Câmara dos Deputados, complementa a Lei de Falências.

Página 5

### Autonomia do BC causa polêmica em audiência

O Banco Central precisa de autonomia para desempenhar seu papel? Os participantes de audiência pública realizada ontem pela CAE se dividiram na resposta. Defensor da autonomia, Edmar Bacha afirmou que a medida ajudaria a controlar a inflação. Paulo Nogueira Batista disse que a instituição já tem poder em excesso.

Página 5

João Araújo



ACORDO Pela manhã, Renan (à esquerda, ao lado de Antonio Carlos) participa de negociação com os líderes...

Marcia Mariz



...À tarde, o Plenário decide sobre dezenas de projetos; votações devem ser retomadas na próxima terça-feira

A estratégia de desobstrução da pauta começou a ser costurada pela manhã, quando os líderes marcaram para o dia 28 reunião para definir alterações no rito de tramitação das medidas provisórias (MPs). O presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu aos líderes da oposição mais condescendência no exame das MPs que vinham trancando as votações. Isso permitiu que quase todos os 50 itens fossem discutidos, abrindo-se caminho para aprovação de nomes de embaixadores, ministro do STM e outras autoridades.

### Gratuidade para creche deve ser votada na próxima semana

Proposta de emenda constitucional que obriga o poder público a manter creches e pré-escolas para crianças de até seis anos deve ser votada na próxima terça-feira. Hoje, a Comissão de Justiça pode examinar emenda de Aloizio Mercadante determinando a implantação gradual da medida, observado seu impacto financeiro. Outras três propostas devem ser votadas em Plenário na terça-feira.

Páginas 2 a 4



**ARGUMENTO** "A mulher é a parte mais prejudicada com a demora da Justiça", afirma Valadares

## Valadares pede juizado para mulheres

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu a aprovação do projeto de sua autoria que cria o Juizado Especial Cível da Mulher. O objetivo é agilizar a decisão de causas do direito de família, como investigação de paternidade, divórcio e guarda de filhos, por exemplo.

– A mulher é a parte mais prejudicada com a demora da Justiça. O rito de um juizado especial confere maior segurança de que as medidas judiciais serão tomadas rapidamente – argumentou Valadares.

O projeto (PLS 54/05) modifica a Lei 9.099/95, que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, autorizando a adoção do rito mais simples também para as demandas próprias do direito de família, quando o autor da ação assim o desejar. A Lei 9.099/95 permite que ações cujo valor não ultrapasse 40 salários mínimos sejam julgadas de forma rápida, com a dispensa de advogados, em alguns casos, e do pagamento de despesas judiciais.

Valadares acrescentou que o projeto estabelece que as demandas judiciais sejam assistidas, quando necessário, por profissionais de outras áreas.

## VOTAÇÕES

Líderes do governo e da oposição marcam para o dia 28 reunião que decidirá alterações no rito de tramitação de medidas provisórias. Entendimento permite desobstruir a pauta

# Senadores chegam a acordo e votam mais de 70 matérias

Após mais de 20 dias com a pauta travada por força de medidas provisórias, o Senado, com apoio de governistas e oposicionistas, conseguiu retomar ontem o processo de votação em Plenário. Quase todos os 50 pontos da pauta foram discutidos e abriu-se espaço para a aprovação de nomes de embaixadores, ministro do STM, defensor público-geral da União, diretores de agências reguladoras e diretores de departamentos e autarquias. No total, foram votadas mais de 70 matérias.

A estratégia de desobstrução da pauta começou a ser costurada politicamente na manhã de ontem, quando líderes governistas e oposicionistas, em torno da comissão especial presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), marcaram para o próximo dia 28 reunião para decidir, de uma vez por todas, alterações no rito de tramitação das medidas provisórias. Paralelamente ao encontro, o presidente do Senado, Renan Calheiros, solicitou aos líderes da oposição mais condescendência na

votação das MPs que vinham travando a pauta e, em troca, assumiu o compromisso de apoiar posturas mais rígidas na avaliação dos critérios de urgência e relevância para as novas medidas provisórias, caso as mudanças pretendidas por senadores e deputados não sejam incorporadas, depois do dia 28, à Constituição.

O resultado das articulações políticas foi imediato. Na votação do projeto de lei de conversão (PLV 4/05), relatado pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), referente à Me-

didada Provisória 229/04, uma surpresa: por acordo, o texto foi totalmente alterado e aprovou-se apenas o dispositivo que prorroga para 23 de junho o prazo final para a entrega de armas por civis às autoridades, mediante indenização. Foram suprimidos do PLV os artigos que tratavam do apoio ao atleta amador e também a emenda patrocinada pela Câmara dos Deputados, que concedia porte de armas a técnicos e auditores da Receita Federal. Os pontos suprimidos podem tramitar por meio de projeto de lei.

A segunda medida provisória (230/04), relatada por Marcelo Crivella (PL-RJ), que também travava a pauta, não teve dificuldade em receber apoio dos senadores. Tal como já havia ocorrido na Câmara, a MP não recebeu nenhuma emenda no Senado. Ela abre um crédito extraordinário de R\$ 569,1 milhões para aplicação majoritária em projetos de combate à fome, sendo que parte dos recursos se destina ao apoio às tropas brasileiras no Haiti, em missão de paz da ONU.

Foram discutidas sete propostas de emenda à Constituição, que precisarão ainda de outras sessões para ser aprovadas. Elas versam sobre a instituição do Plano Nacional de Cultura, a exclusão dos bens da União das ilhas costeiras que contêm a sede de municípios, a carreira de servidores civis e militares do ex-território federal de Rondônia, a participação de cidadãos e entidades civis na discussão e aprovação de orçamentos públicos, a licença-maternidade para mulheres que adotarem crianças, a aplicação de recursos destinados à irrigação e a criação de municípios.

Foram aprovados, na sessão, quatro projetos de lei da Câmara e um quinto, na forma de substitutivo a projeto originado no Senado, que torna obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Em um deles, incluiu-se como requisito indispensável à petição da separação consensual o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visita dos filhos menores.

## Agenda

### Plenário celebra aniversário de Brasília

Os senadores participam hoje, às 11h, de sessão solene em homenagem ao aniversário de Brasília, que completa 45 anos no dia 21 de abril. Às 14h, o Plenário promove sessão não deliberativa. Sem a votação de projetos, ela se destina aos pronunciamentos dos parlamentares e aos avisos da Mesa diretora.

### Plebiscito em discussão na CCJ

Em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), projeto (PDS 1.494/04) que prevê a realização de plebiscito no primeiro domingo de outubro, a fim de consultar a população sobre os seguintes temas: legalização do aborto, adoção do financiamento público das campanhas eleitorais e adoção do voto facultativo, entre outros.



### Reforma do Orçamento

O colegiado que discute a reestruturação do Orçamento ouve o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, às 10h. Após a audiência pública, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) vota atas e avisos.

### Reunião da CMA

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se, às 11h30, para votar requerimentos e projeto (PLC 88/04) que dá ao consumidor o direito de analisar o produto antes da compra.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## VOTAÇÕES

Senadores desmembram projeto de conversão e implementam decisão de não votar MP que trate de mais de um assunto. Pauta é destrancada, permitindo início do exame de cerca de 40 itens que estavam obstruídos havia semanas

## Ano da Mulher Latino-Americana

Requerimento da senadora Sery Slhessarenko (PT-MT) foi aprovado ontem para criação de uma comissão especial temporária destinada a planejar atividades relativas às comemorações do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano.

Conforme o requerimento, a comissão será composta de sete membros e igual número de suplentes.

A senadora informou que o encerramento dos trabalhos da comissão será no dia 31 de dezembro.

## Reforma do Regimento Interno

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), para que seja constituída comissão que apresente projeto de resolução de reforma do Regimento Interno da Casa. De acordo com o requerimento, a comissão, composta de cinco membros titulares e cinco suplentes, terá prazo de 60 dias para apresentar sua proposta.

## Retirada indicação ao Cade

Aprovada mensagem presidencial que pede a retirada da indicação de Cleveland Prates Teixeira ao cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A indicação havia sido enviada em mensagem de 22 de junho de 2004.

Na justificativa da matéria, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, disse que Cleveland Teixeira recusou o cargo por motivos pessoais. A matéria será arquivada, sendo feita a comunicação à Presidência da República.

## Moção ao governo da Indonésia

Os senadores acolheram requerimento, com parecer favorável de Jefferson Péres (PDT-AM), que encaminha moção ao presidente da Indonésia, Susilo Bambang, em apoio à iniciativa do governo brasileiro para que seja comutada a pena capital imposta ao brasileiro Marcos Archer Moreira Cardoso.

Também foi aprovado requerimento de Valmir Amaral (PMDB-DF) que solicita voto de pesar e solidariedade à população dos países atingidos pelo maremoto de 2004.

# Plenário prorroga prazo para entrega de armas

O Senado adotou ontem a primeira medida para mudar a forma de tramitação e exame de medidas provisórias: desmembrou o Projeto de Lei de Conversão 4/05, que prorrogava para 23 de junho o prazo final para o desarmamento e destinava recursos da Loteria Esportiva ao programa Bolsa-Atleta. O Plenário aprovou o primeiro ponto e retirou os artigos relativos ao segundo.

Anunciado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, como parte de um acordo suprapartidário, o procedimento põe em prática a intenção de não votar MPs que tratem de mais de um assunto. Os parlamentares estão propondo outras mudanças para coibir

o excesso de MPs e os entraves que essas medidas causam ao andamento das votações. Entre as alterações, estão a elevação do prazo de tramitação; a alternância entre o Senado e a Câmara dos Deputados como casa de ingresso das medidas provisórias; e o exame dos critérios de relevância e urgência das MPs pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O desmembramento do PLV 04/05 foi formalizado em parecer do relator da matéria, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), com base no que dispõe a Lei Complementar 95/98: “Cada lei tratará de um único objeto”.

– Não é concebível que o PLV

trate simultaneamente da destinação de recursos da loteria e do desarmamento – disse Maguito, ao apresentar novo substitutivo à Medida Provisória 229/217, o PLV 07/05.

Livre dos artigos relativos ao desporto, a matéria foi aprovada e retorna para exame na Câmara, já que o texto enviado por essa Casa sofreu modificações no Senado. Também foram excluídos os artigos referentes à autorização do uso de armas por auditores-fiscais e fiscais tributários.

– Não vejo problema de a criação do programa Bolsa-Atleta ser convertida em projeto de lei em regime de urgência – afirmou o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).



**MUDANÇA** Foram retirados artigos relativos à criação do programa Bolsa-Família e ao uso de arma por auditores e fiscais

## Senadores elogiam desmembramento de MP

Vários senadores saudaram o desmembramento da Medida Provisória 229/04, com votação apenas da prorrogação para 23 de junho do prazo final para entrega de armas ao Estado pela população. Para o líder do PFL, senador José Agripino (RN), ao excluir do projeto de conversão os artigos relativos à criação do programa Bolsa-Atleta e à autorização para porte de armas por fiscais e auditores tributários, o Senado “aplicou um freio” no processo de tramitação de MPs.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), considerou o desmembramento uma “boa solução” para melhorar o fluxo de votações e evitar o “contrabando de temas”, que nada têm a ver com o objetivo principal das medidas provisórias.

– A partir de hoje, o Brasil já não é mais o mesmo. O governo

deve ter aprendido que toda vez que apresentar uma medida provisória fútil ela não será votada – disse Virgílio.

O senador José Jorge (PFL-PE) pediu aos parlamentares que votassem contra a MP, por tratar de assuntos diferentes. De acordo com José Jorge, os auditores tributários e fiscais não necessitam do porte de arma, devendo ser protegidos pela polícia.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou Maguito, relator da matéria, por ter acolhido apenas o artigo que prorroga o prazo para a entrega de armas à Polícia Federal. Já o senador César Borges (PFL-BA) criticou a atuação da Câmara, onde ainda tramita o projeto de lei que autoriza a realização do referendo sobre a proibição da venda de armas de fogo.

– Depois da profunda discussão sobre o Estatuto do De-

sarmamento (Lei 10.826/03) e a mobilização nacional para aprová-lo, assistimos agora à tentativa da Câmara de desvirtuar o referendo. Estão tentando alterar a pergunta que será feita ao povo brasileiro – declarou o senador, que pediu pressa no recolhimento de armas.

Ao comentar a campanha do desarmamento, Aloizio Mercadante elogiou a atuação da Polícia Federal, que, “com apenas 7mil homens, vem apresentando desempenho exemplar”. Ele destacou a ação do Congresso e apoiou a intenção de que fosse prorrogado o prazo para entrega voluntária de armas.

Já o senador Edison Lobão (PFL-MA) lembrou a importância da criação do programa Bolsa-Atleta, que consta de projeto da deputada Nice Lobão (PFL-MA).

## Aprovados recursos ao Bolsa-Família e Auxílio-Gás

O Plenário do Senado aprovou ontem a Medida Provisória 230/04, assinada pelo presidente Lula nove dias antes do fim do ano passado, que destinou R\$ 564,6 milhões ao programa Bolsa-Família e Auxílio-Gás, proveniente de excesso de arrecadação. A votação da MP liberou a pauta do Plenário, que imediatamente passou a examinar cerca de 40 itens que estavam obstruídos havia semanas.

O relator-revisor da MP, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), destacou a importância do novo aporte de recursos ao Bolsa-Família, o que vem permitindo ao governo incluir no programa mais 1,5 milhão de famílias pobres.

A mesma MP, que foi enviada a promulgação, transferiu do Orçamento da União ao Ministério da Saúde R\$ 80 milhões, para auxílio às famílias em condição de extrema pobreza com crianças de até seis anos de idade. O Ministério da Defesa também recebeu R\$ 4,5 milhões.

Com essa votação, os senadores começaram a debater propostas de emendas constitucionais (PECs), prontas desde o mês passado. Seis dessas PECs tiveram o primeiro dia de discussão em primeiro turno e devem entrar em votação na próxima semana. Uma das emendas foi acolhida em primeiro turno e entrou no debate para o segundo turno – PEC 15/04, que tira da União a posse das terras das ilhas oceânicas sedes de municípios.

### Empréstimo

O Senado examinou ainda a Mensagem Presidencial 188/04, que autoriza o governo, por meio do Ministério da Fazenda, a contratar empréstimo externo de US\$ 572,2 milhões, provenientes do Banco Mundial, para financiar o Projeto de Apoio ao programa Bolsa-Família.

– A matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Além disso, quero ressaltar que o Bolsa-Família irá se transformar gradualmente em uma renda básica de cidadania, conforme lei sancionada no ano passado – explicou o relator da matéria, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

## VOTAÇÕES

Além de mudanças nos códigos Civil, de Processo Civil e de Processo Penal, e no Estatuto dos Advogados, o Plenário aprovou, entre outras propostas, indicações de embaixadores, membros de agências e ministros do STM

### Senado ratifica cinco diplomatas

O Plenário aprovou ontem as indicações de cinco diplomatas de carreira para missões permanentes no exterior. Com 42 votos favoráveis, foi aprovada a indicação de Osmar Vladimir Chohfi para o cargo de representante permanente do Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Para exercer cargos de embaixador, foram aprovadas as indicações de Renato Xavier (42 votos favoráveis) junto à República Democrática da Etiópia; Roberto Pessoa da Costa (38 votos favoráveis) para a República dos Camarões; Paulo Cordeiro de Andrade Pinto (40 votos favoráveis) junto à República do Haiti e Oto Agripino Maia (44 votos favoráveis) junto à República da Letônia.

### Acolhidos nomes para agências

O Senado aprovou ontem as indicações do presidente da República para cargos de diretor de quatro agências reguladoras. Para a Agência Nacional de Águas (ANA), foram indicados Dalvino Troccoli Franca e Bruno Pagnoccheschi.

Noboru Ofugi foi reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Para a Agência Nacional de Cinema (Ancine), foram aprovadas as indicações de Manoel Rangel Neto, para a vaga de Augusto Sevã, e de Nilson Rodrigues da Fonseca, para a vaga de Lia Maria Gomensoro Palachini Lopes.

Victor de Souza Martins passa a integrar a diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

### Aprovadas mais seis indicações

O Senado aprovou ontem, em várias votações secretas, as indicações feitas pela Presidência da República de dois ministros do Superior Tribunal Militar e de dois diretores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), além de um defensor-público geral da União e um diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No STM, foram ratificados o almirante-de-esquadra Rayder Alencar da Silveira e o general-de-exército Sérgio Ernesto Alves Conforto. No DNIT, Martinho Cândido Velloso dos Santos e Luziel Reginaldo de Souza foram confirmados como diretores. Eduardo Flores Vieira foi aprovado como defensor público geral da União e Pedro Marcílio de Sousa como diretor da CVM.

# Projeto que simplifica o flagrante segue à sanção

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que altera o Código de Processo Penal (CPP) para simplificar o registro da prisão em flagrante e acelerar a liberação do policial que prendeu o infrator e das testemunhas que presenciaram o crime. A matéria segue, agora, para sanção do presidente da República.

O código estabelece que o condutor do preso e as testemunhas do fato criminoso, ao levarem o acusado até a delegacia de polícia, só sejam liberados após a conclusão do interrogatório do infrator e lavrado o auto de prisão em flagrante, que deverá ser assinado



**EFICÁCIA** Medida, para Demostenes, torna mais rápida liberação do policial que fez a prisão

por todos. O projeto aprovado (PLC 74/03) prevê a liberação do policial e das testemunhas, logo após a coleta de seus de-

poimentos pelo delegado de polícia.

Para o relator da proposição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demostenes Torres (PFL-GO), a mudança no processo deverá imprimir maior eficiência aos trabalhos da prisão em flagrante e eliminar as “esperas inúteis” das autoridades policiais e das testemunhas.

– A rotina prevista no CPP tumultua a administração das delegacias, comprometendo o tempo dos policiais condutores do preso e trazendo desconforto às testemunhas do fato – considerou Demostenes no seu parecer.

### Veto à advocacia por parente de membro da Justiça

A proibição do exercício da advocacia por parentes de membros do Poder Judiciário junto aos órgãos que estejam sob a jurisdição é o que determina projeto de lei da Câmara dos Deputados aprovado ontem pelo Plenário. Como os senadores acolheram subemenda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta voltará ao exame dos deputados.

Demostenes Torres (PFL-GO) argumenta, no seu parecer sobre a proposta (PLC 23/02), que “o país presencia diariamente, atônito, a indevida e negativa influência de advogados que, parentes de integrantes de tribunais, não primam suas condutas pelo princípio constitucional da moralidade, gozando de privilégios escusos na defesa de suas causas”.

### Acordo sobre os filhos na separação judicial amigável

Outro projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados aprovado ontem pelo Plenário do Senado torna obrigatória a realização de um acordo a respeito do regime de visitas aos filhos menores entre os pais que estiverem se separando amigavelmente.

O deputado Sandes Júnior (PP-GO), autor do projeto, lembra que o objetivo da proposta de sua iniciativa é promover a presença efetiva e estável dos pais para garantir o desenvolvimento psicológico e social dos filhos e uma formação moral adequada.

O projeto (PLC 24/04) foi relatado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado por Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e será enviado agora à sanção do presidente da República.

### Regra objetiva para fixação do valor da causa

Proposta que estabelece regras para a atribuição de valor nas causas judiciais recebeu ontem a aprovação do Plenário. A medida modifica dispositivo do artigo 259 do Código de Processo Civil, que estabelece que o valor da causa constará sempre da petição inicial.

De autoria da deputada Marina Raupp (PMDB-RO), a proposição (PLC 12/04) determina a fixação do valor certo, como exige o código, nas causas que envolvam bens móveis ou imóveis. Tratando-se de bens móveis, será atribuído o valor estimado do mesmo. Quanto a bens imóveis, será dado o valor do seu imposto territorial ou a medida do benefício patrimonial pretendido pelo autor. Nas ações de despejo, o valor corresponderá a um ano de aluguel.

### Povo iraquiano ganha voto de solidariedade

O Senado encaminhará voto de solidariedade ao povo iraquiano em virtude da situação em que se encontra aquele país, sob ocupação militar estrangeira desde março de 2003. A iniciativa é do senador João Capiberibe (PSB-AP).

Outro voto de solidariedade será encaminhado ao povo da Costa do Marfim e ao seu presidente, Laurent Gbagbo,

pelos graves incidentes ocorridos em dezembro do ano passado, quando conflitos deixaram um grande número de mortos e feridos. O requerimento (I.061/04) é do senador Marcelo Crivella (PL-RJ).

O Senado aprovou ainda o Requerimento 14/05, do senador Hélio Costa (PMDB-MG), que apela às lideranças políticas iraquianas para que

se manifestem a favor da libertação do engenheiro brasileiro João José Vasconcelos Júnior, seqüestrado por grupo extremista em janeiro de 2005.

– O Brasil sempre foi um país pacífico. Não apoiou a guerra no Iraque nem mandou tropas para aquele país, fato que torna inexplicável essa violência contra um brasileiro – protestou Hélio Costa.



**ACORDO** Projeto de autoria de Heloísa Helena também garante gratuidade na pré-escola

### Educação infantil obrigatória pode ser votada terça

Acordo firmado entre as lideranças do governo e da oposição poderá viabilizar a votação, pelo Plenário, na próxima terça-feira, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 40/00, de autoria da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que garante a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil em creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos de idade.

Para que a PEC seja votada pelo Plenário, emenda constitucional apresentada na sessão de ontem pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, deverá ser apreciada até terça-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A emenda, que deverá ser votada na reunião de hoje da CCJ, tem como objetivo determinar que as medidas estabelecidas na emenda de Heloísa Helena sejam adotadas de forma gradual, por implicarem impacto financeiro para os cofres públicos.

### Senado modifica faixa etária escolar

O Plenário do Senado aprovou ontem substitutivo da Câmara a projeto de lei do Senado (PLS 236/01) que torna obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Com a decisão, a matéria segue para sanção presidencial. A medida altera a faixa etária a ser coberta pela pré-escola, que passaria a se destinar a crianças de quatro a cinco anos. O projeto estabelece ainda que a rede oficial atinja taxa líquida de escolarização de 95% da faixa etária de sete a 14 anos e que a incorporação das crianças de seis anos no ensino fundamental não acarrete redução média de recursos por aluno.

# Empresas em recuperação judicial poderão parcelar débito tributário

■ Proposta aprovada na CAE inclui débitos junto à Receita Federal, INSS, Fundo de Garantia e autarquias federais

As empresas em processo de recuperação judicial, e inclusive em fase de execução fiscal, poderão parcelar débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). É o que estabelece projeto de lei de autoria do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) aprovado ontem em decisão



INICIATIVA Projeto de Fernando Bezerra atende a compromisso do governo

conclusiva pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto (PLS 245/04), que seguirá diretamente para exame da Câmara, se não for apresentado

recurso para votação no Plenário do Senado, resultou de proposta do Ministério da Fazenda, atendendo a compromisso assumido pelo governo durante as discussões da Lei de Recuperação de Empresas.

A proposta recebeu substitutivo de Tasso Jereissati (PSDB-CE) estendendo o parcelamento a outros débitos, tributários ou não, junto à União, suas autarquias e fundações, além do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), desde que não haja norma específica a respeito.

Na mesma reunião, a CAE aprovou requerimento de Luiz Otávio (PMDB-PA), também pre-

sidente do colegiado, solicitando realização de audiência pública para debater a reativação da indústria naval brasileira. Entre os convidados, está o presidente da Petrobras-Transportes, ex-senador Sérgio Machado.

Foram aprovados pela comissão requerimentos de Eduardo Suplicy (PT-SP), propondo audiências públicas sobre concentração econômica na indústria de suco de laranja brasileira; de Jereissati, sobre fundos de pensão e previdência complementar; e de Valdir Raupp (PMDB-RO), sobre a suposta falta de controle das Contas de Consumo de Combustíveis (CCC) e a construção de gasodutos.



REAÇÃO Osmar Dias espera resposta brasileira a taxaço de madeira pelos EUA

## Osmar quer ação do Brasil contra barreira

Osmar Dias (PDT-PR) apelou ao governo para que tome providências junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) visando impedir que os Estados Unidos taxem a madeira compensada brasileira em 8%. O senador leu carta que recebeu de Luiz Carlos Reis, conselheiro e vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada (Abimci), denunciando o fato, e disse que o Brasil deve responder da mesma forma, impondo barreiras alfandegárias ou medidas sanitárias.

O parlamentar também se referiu a discursos feitos em Nova York pelos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e da Agricultura, Roberto Rodrigues. Osmar afirmou que, enquanto Palocci acredita que vai haver crescimento sustentado no Brasil por 20 anos, Roberto Rodrigues se mostrou mais realista, ao demonstrar que a situação atual não prenuncia esse desempenho da economia.



DEBATE Nogueira Batista e Edmar Bacha (ambos à esquerda) discutem autonomia, em audiência na CAE presidida por Luiz Otávio (C)

## Falta consenso sobre independência do BC

Debate realizado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre a autonomia do Banco Central (BC) mostrou que o tema está longe de ser consenso entre especialistas. Enquanto o economista Paulo Nogueira Batista Júnior se manifestava contrário, por entender que a instituição já tem poder demais no Brasil, o professor Edmar Bacha defendia a independência, para afastar a tentação do Executivo de gastar demais em período pré-eleitoral.

Para Nogueira Batista, não há fundamentação acadêmica ou histórica que demonstre ser a autonomia do Banco Central garantia de inflação baixa em qualquer país. Ele defendeu a ampliação do Conselho Monetário Nacional, para incluir ministros ligados à produção, bem como representantes dos empresários e dos trabalhadores.

Já Edmar Bacha garantiu que a independência traria mais eficácia no controle da inflação, evitando o desejo do governo federal de gastar demais. Além disso, a medida sinalizaria para uma economia mais sólida, com investimentos gover-

namentais fixos. Essa conjugação de fatores resultaria em credibilidade internacional e solidez dos mercados financeiros, destacou.

Outro expositor, Sérgio da Luz Belsito, presidente do Sindicato dos Funcionários do Banco Central, assinalou que a missão da entidade não pode ficar limitada a obter a estabilidade de preços na economia.

– É preciso favorecer o crescimento econômico e a geração de empregos, e isso somente será possível se o BC conseguir se livrar das garras do sistema financeiro, que está chantageando seu poder de decisão, por força de seu gigantismo e liberdade de ação – afirmou.

### Aumento do emprego

Vários senadores se manifestaram na audiência. Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o BC inclua entre seus objetivos, além da estabilidade monetária, a desconcentração de renda e o aumento da taxa de emprego. Ele citou o episódio em que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, para mudar a política cambial e desvalorizar o real, teve que demitir o então presi-

dente da entidade, Gustavo Franco. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) quis saber a respeito de um possível consenso internacional em torno da idéia de autonomia do BC. Em resposta, Nogueira Batista disse que não há consenso no mundo, nem no campo econômico, nem no campo acadêmico, sobre o que chamou de “moda de autonomia do Banco Central”.

E Edmar Bacha propôs que se inclua na Constituição a estabilidade de preços como objetivo nacional, o que, a seu ver, seria uma forte mensagem para os agentes econômicos.

Arthur Virgílio (PSDB-AM), informando que não há consenso em seu partido sobre o assunto, defendeu a política de metas de inflação e de autonomia da instituição.

Ana Júlia Carepa (PT-PA) considerou que a legislação “já concede excessiva independência ao BC”, enquanto César Borges (PFL-BA) afirmou que a autonomia levanta mais dúvida do que certeza.

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) admitiu a necessidade de o BC contar com algum tipo de autonomia.

## Crédito para controle do espaço aéreo

O Plenário aprovou ontem projeto de resolução que autoriza o governo a contratar empréstimo externo no valor de US\$ 698 milhões, para aquisição de bens e serviços relacionados ao Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo.

Os senadores também acolheram mensagem que autoriza o estado de São Paulo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 5 milhões.

Foi aprovado ainda o projeto que autoriza o estado do Ceará a assinar o Terceiro Termo de Rratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado com a União, em 1998, com a interveniência do Banco do Estado do Ceará, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central.

Também foi aprovado projeto da Câmara dos Deputados que corrige em 15% a remuneração dos servidores daquela Casa.

## Punição mais rigorosa para a pirataria

As modificações aprovadas no fim de 2003 pelo Senado, na forma de substitutivo, ao projeto que aumenta as penalidades para os crimes de pirataria foram acatadas nesta semana pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. A matéria segue agora para deliberação do Plenário daquela Casa, pois as mudanças também já foram admitidas pelas comissões de Defesa do Consumidor e de Constituição, Justiça e Redação. Se aprovado, o projeto irá à sanção presidencial.

O projeto (PLC 333/99), de autoria do então deputado Antônio Kandir, modifica a Lei de Propriedade Industrial e impõe pena de detenção de um a quatro anos para quem usar indevidamente marca registrada, nome comercial, título de estabelecimento de terceiros e qualquer outro tipo de falsificação.

A lei já previa a substituição da pena por multa, mas, com as modificações do Senado, a detenção mínima será de dois anos e a pena de multa, cumulativa.

# Ex-presidentes podem se tornar senadores vitalícios?

Diante da intensa polêmica gerada pelo assunto, o senador Arthur Virgílio anunciou ontem que não reapresentará a proposta que cria o cargo de senador vitalício para os ex-presidentes da República. Aloizio Mercadante disse

que a idéia do projeto amadureceu durante a viagem de Lula com os ex-presidentes para os funerais do Papa. Eduardo Suplicy e José Agripino debateram o tema em Plenário.

## EDUARDO SUP LICY



### "É preciso buscar um diálogo construtivo"

Eduardo Suplicy (PT-SP) declarou-se ontem contrário ao projeto de criação do cargo de senador vitalício para os ex-presidentes da República, mas afirmou que considera importante abrir espaços para dialogar com os ex-presidentes, convidando-os a participar de audiências públicas.

– É preciso encontrar uma maneira de ter um diálogo construtivo com os ex-presidentes, tratando-os de forma respeitosa – assinalou.

#### Bento XVI

Suplicy também registrou a escolha do papa Bento XVI, ocorrida ontem. Ele disse ter esperado a eleição de um cardeal do Terceiro Mundo, como o arcebispo de São Paulo, dom Cláudio Hummes. O senador admitiu que o cardeal eleito, o alemão Joseph Ratzinger, "deve ter virtudes excepcionais para ser escolhido como Papa", mas se disse preocupado com a escolha. Isso porque o então cardeal, quando foi prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, reprimiu duramente os teólogos que discordaram de pontos da doutrina tradicional da Igreja, como o ex-frade franciscano Leonardo Boff.

O senador desejou que Bento XVI siga os aspectos mais positivos de João Paulo II, sobretudo seus esforços pela paz mundial. Suplicy lembrou, ainda, que diversos países enfrentam graves conflitos internos, como Iraque, Israel, Colômbia e até o Brasil.

## JOSÉ AGRIPINO



### Necessidade de reflexão mais profunda

José Agripino (PFL-RN) afirmou ontem que é preciso uma "reflexão mais profunda" sobre o projeto que transforma ex-presidentes da República em senadores vitalícios.

– Desde o início, manifestei cautela. Reconheço os méritos da proposta de Arthur Virgílio, mas nem tudo o que é competente deixa de requerer uma reflexão mais profunda – declarou.

Agripino lembrou que a Casa é composta por 81 cidadãos "que receberam a delegação, por voto majoritário do povo, com o objetivo de representar a Federação". Para o senador do PFL, a falta de legitimidade poderia causar constrangimentos aos senadores vitalícios, "mesmo com a experiência e habilidade de quem já foi presidente".

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apontou outro problema.

– Se tivéssemos no Senado, agora, a presença de um ex-presidente de São Paulo, outro de Minas Gerais, Maranhão ou Amapá, por exemplo, a representação dos estados ficaria desequilibrada – alertou.

Suplicy sugeriu a criação de projeto de resolução que regulamente o diálogo entre ex-presidentes e o Senado, "o que atenderia ao objetivo de Arthur Virgílio e de todos que apóiam sua proposta".

Agripino reiterou a necessidade de uma avaliação "mais amadurecida" da questão.

## ARTHUR VIRGÍLIO



### Experiência não deve ser desperdiçada

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou ontem que não vai reapresentar a proposta que cria o cargo de senador vitalício para os ex-presidentes da República. Segundo ele, não existe ainda o consenso necessário e a idéia "precisaria de maturação".

O senador lançou a sugestão, mediante proposta de emenda constitucional (PEC), em 1995. Há alguns dias ele foi procurado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que lhe sugeriu que a proposta fosse reapresentada. A matéria, no entanto, causou intensa polêmica.

– Talvez não seja mesmo a hora. Não posso tocar para frente essa discussão, com argumentos tão acalorados, tanto contra quanto a favor. Essa proposta foi feita para unir. De minha parte, esse assunto está encerrado – declarou.

No entanto, Arthur Virgílio insiste que a experiência dos ex-presidentes da República não pode ser desperdiçada.

– Não podemos jogar fora o aprendizado duramente curtido de quem se alçou ao patamar mais elevado, para dali visualizar a questão nacional.

#### Críticas

Virgílio também afirmou, em referência à passagem do Dia do Índio, que "está faltando governo" no setor indígena.

O senador criticou ainda a repressão policial a uma manifestação de mulheres de militares, numa solenidade pelo Dia do Exército, em Brasília, da qual participou o presidente Lula.

## ALOIZIO MERCADANTE



### Um debate que exige tranquilidade

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu ontem a continuidade do debate sobre a institucionalização do cargo de senador vitalício para ex-presidentes da República. O senador lembrou que Ernesto Geisel, ao deixar a Presidência, voltou a trabalhar na Petroquisa e que, hoje, os ex-presidentes não possuem proteção nenhuma, nem mesmo aposentadoria.

Segundo Mercadante, a proposta só deve ter continuidade se for consensual, na busca de uma saída constitucional. Mercadante confirmou que, há cerca de dois meses, conversou com Arthur Virgílio sobre o assunto e que a idéia amadureceu na viagem do presidente Lula, em companhia de ex-presidentes da República, ao funeral do papa João Paulo II. O líder do governo frisou que o clima de cordialidade, na ocasião, incentivou-o a encontrar no Parlamento uma solução institucional de longo prazo condizente com a estatura dos ex-presidentes.

– Entendo que alguns tenham uma visão diferente. O que não posso aceitar é apequenar esse debate. Ele deve ser feito com tranquilidade, qualidade e profundidade – insistiu.

Em seu discurso, Mercadante assinalou que os ex-presidentes não teriam direito a voto. O cargo seria apenas um espaço republicano para participar do debate de temas de interesse nacional.



**REAÇÃO** "Impostos são tantos que o povo só tem uma saída: sonegar", adverte Mão Santa

## Mão Santa: governo estimula a sonegação

Mão Santa (PMDB-PI) acusou o governo Lula de estimular a sonegação de impostos no país. Ao comentar reportagem do *Jornal do Brasil* que revelou a perda de R\$ 455,7 bilhões na arrecadação da Receita Federal, o parlamentar afirmou que o episódio é reflexo da "forte elevação da carga tributária" promovida pelo atual governo.

– Os impostos são tantos que o povo só tem uma saída: sonegar – disse o senador.

Segundo a matéria, a expansão da inadimplência junto à Receita foi de 65% nos últimos 12 meses.



**RESPOSTA** "Eu gostaria de instituir o Troféu Óleo de Peroba", afirma Ideli Salvatti

## Ideli nega tributação exagerada

Ideli Salvatti (PT-SC) rebateu as afirmações de que o governo Lula promoveu um aumento exagerado da carga tributária. Com base em dados do Ministério da Fazenda, a senadora destacou que, entre 1997 e 2004, a maior carga tributária (em relação ao PIB) foi de 16,34%, em 2002, no governo Fernando Henrique.

– Ouço essas críticas e me pergunto: a responsabilidade da carga tributária é deste governo? Um senador tem falado de um Troféu Crueldade para membros do governo. Eu gostaria de instituir o troféu Óleo de Peroba.

Célio Azevedo



**TRATAMENTO** Especialistas que falaram aos senadores da CE defendem a inclusão de quatro medicamentos de combate à doença na lista do SUS

## Combate à psoríase é debatido em audiência

O senador Delcídio Amaral (PT-MS), autor do projeto que institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase, defendeu urgência na publicação de portaria para incluir medicamentos de combate à doença na lista do Sistema Único de Saúde (SUS). Delcídio participou de audiência pública, na Comissão de Educação (CE), que discutiu o projeto (PLS 282/04).

Uma das convidadas para a audiência, a médica dermatologista e professora universitária Luna Azulay Abulafia, afirmou que a portaria do Ministério da Saúde só contém dois remédios, mas na consulta pública realizada para a elaboração do documento foram indicados quatro medicamentos básicos para o tratamento da doença.

De acordo com o senador

Sérgio Zambiasi (PTB-RS), o ideal seria atrasar a publicação da portaria para incluir os outros dois remédios. Delcídio informou que estudaria a necessidade de inclusão dos medicamentos na portaria.

Autor do pedido de audiência e relator da matéria da CE, Mão Santa (PMDB-PI) apresentou parecer favorável ao projeto. Também apoiaram a proposta as especialistas Gladys Martins, coordenadora do Ambulatório em Psoríase, do Hospital da Universidade de Brasília, e Gladis Lima, presidente da Associação Nacional dos Portadores de Psoríase.

Romeu Tuma (PFL-SP) pediu urgência para aprovação do projeto, que define 29 de outubro como o Dia Nacional de Combate à Psoríase.

■ Ministro garante que protocolo sobre internações é definido pelas associações profissionais

Durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o ministro da Saúde, Humberto Costa, afirmou ontem que a decisão sobre o período de internação de pacientes em leitos de unidades de terapia intensiva (UTIs) será sempre dos médicos responsáveis. Recentemente, teve grande repercussão iniciativa do ministério de organizar protocolos sobre internação de doentes em UTIs do Sistema Único de Saúde (SUS).

– Os protocolos são feitos por associações de médicos. Não é um burocrata quem decide; a última palavra é do próprio médico. Não cabe, e seria ilegal de nossa parte, estabelecer qualquer restrição para um profissional sobre prazos de internação na UTI – disse Costa.

Para o ministro, a polêmica



José Cruz

**RELATO** Em audiência na Comissão de Assuntos Sociais, o ministro Humberto Costa também abordou o problema da subnutrição entre crianças indígenas

se deu pela “politização do processo”. Segundo assegurou, o ministério garantirá que o número de leitos em UTIs oferecidos pelo SUS esteja dentro da média internacional.

Costa observou que o Brasil tem déficit no número de leitos de UTIs nos estados do Norte e do Nordeste, devido principalmente à falta de médicos especializados. O ministério, observou, pretende investir em uma rede de atendimento semi-intensivo, que serviria a pacientes que não precisam de cuidados tão rigorosos como os

da UTI, mas não estão suficientemente bem de saúde para ficarem em leitos comuns.

### Subnutrição

Quanto à questão da subnutrição que atinge crianças indígenas, o ministro acredita que, desde que a pasta assumiu a responsabilidade junto a essa população, a Funasa obteve resultados importantes de redução de mortalidade infantil e diminuição de doenças endêmicas entre os índios.

O ministro deve voltar à CAS na próxima quinta-feira, para debater os assuntos expostos.

## Doença afeta mais de 5 milhões de brasileiros

A psoríase é uma doença inflamatória de pele, benigna, crônica, de causa desconhecida, relacionada à transmissão genética, mas que depende de fatores desencadeantes para o seu aparecimento ou agravamento. Manifesta-se por meio de lesões avermelhadas, com descamação seca e branca, e pode ocorrer em parte do corpo ou em todo ele. As unhas também podem ser afetadas e, muito raramente, as articulações, causando artrite psoriática.

Segundo a Associação Brasileira de Psoríase (Abrapse), a doença afeta cerca de 3% da população mundial e acomete igualmente homens e mulheres, em qualquer idade. No Brasil, mais de 5 milhões

de pessoas sofrem com a patologia, que não tem cura e, apesar de não ser contagiosa, afeta a autoestima das pessoas, que sofrem discriminação.

Pesquisas apontam a hereditariedade como relevante para o aparecimento da doença, além de fatores como estresse, irritações na pele, infecções de garganta, baixa umidade do ar e uso de alguns medicamentos.

O tratamento é feito com pomadas que proporcionam alívio de curta duração, havendo ainda drogas mais potentes. O problema é que os medicamentos possuem efeitos colaterais, podendo levar ao agravamento da psoríase, quando o tratamento é suspenso.

## Solução para o Rio requer diálogo e mudanças

O governo federal espera superar, “no mais curto espaço de tempo”, a situação de calamidade pública decretada no sistema de saúde do município do Rio de Janeiro, desde o dia 10 de março, que resultou na requisição de seis hospitais, afirmou o ministro da Saúde.

Segundo Humberto Costa, o governo trabalha para a criação de um sistema de regulamentação do atendimento, a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e a reestruturação da área de saúde do município.

– Com essas medidas, o ministério estará em condições de devolver as unidades hospitalares ao município, mas será preciso um processo de

negociação – declarou ele.

Para Costa, outros pontos precisam ser discutidos, como a implantação de um sistema eficiente de atendimento básico à saúde da população.

O ministro informou que já está sendo estruturada, em conjunto com a Secretaria de Saúde estadual e com técnicos municipais da área, uma central de regulação dos atendimentos e um sistema de pronto-atendimento que visa criar um “cinturão em torno dos grandes hospitais para evitar a superlotação”. Está em curso ainda, conforme observou, um trabalho conjunto com prefeituras da Baixada Fluminense para reestruturar o atendimento na região, para

reduzir a demanda na capital.

### Aids

Humberto Costa solicitou apoio dos senadores para aprovar pedido de suplementação orçamentária, no total de R\$ 394,7 milhões, que está sendo enviado ao Congresso. Os recursos destinam-se à compra de medicamentos anti-retrovirais.

De acordo com o ministro, o suprimento de medicamentos para pacientes de Aids está normalizado. Há estimativas de que 166 mil pacientes de Aids utilizarão medicamentos fornecidos pelo governo, em 2005. A audiência com Humberto Costa foi proposta por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Demostenes Torres (PFL-GO).

Rosaewalt Pinheiro



**RESPEITO** Projeto de Papaléo segue preceitos do Código de Ética Médica e do Conselho Nacional de Saúde

## Papaléo quer apoio para aprovação do Estatuto do Enfermo

Ao apresentar ontem ao Plenário projeto de sua autoria que estabelece a criação do Estatuto do Enfermo, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) pediu apoio à aprovação da matéria.

Ele ressaltou que as infrações aos dispositivos do estatuto

serão, independentemente das sanções civis ou criminais, apenas pelos conselhos de fiscalização ético-profissional dos profissionais e serviços de saúde envolvidos – e, ainda, segundo a legislação de defesa do consumidor e de vigilância

sanitária, quando cabível.

Com o estatuto, observou, ficam consolidados diversos direitos do enfermo. O senador explicou que o projeto é inspirado em disposições do Código de Ética Médica, adotando, ainda, preceitos estabelecidos pelo

Conselho Nacional de Saúde, em 1988, relativos à regulamentação dos experimentos que utilizem seres humanos.

Papaléo Paes lembrou o histórico da proteção ao enfermo e do estabelecimento pleno de seus direitos.



**HONRAS** Antonio Carlos, Quintanilha, Crivella e Maguito: elogios ao papel da instituição na defesa nacional e serviços à população

## Em seu dia, Exército recebe homenagens de senadores

■ Protesto liderado por esposas de militares também foi abordado durante sessão

A passagem do Dia do Exército, comemorada ontem, motivou manifestações de diversos senadores no Plenário. A instituição também completava 357 anos, em data que evoca a vitória brasileira contra os holandeses, na Batalha dos Guararapes, travada em Pernambuco, em 1648.

Ao homenagear a corporação, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou o governo pela repressão a ato liderado por esposas

dos militares, em defesa dos salários da tropa. O parlamentar observou que as mulheres reivindicavam reajuste de 33% prometido pelo governo no ano passado, cuja segunda parcela, de 23%, deixou de ser paga em março último.

—O governo é democrático, e essas senhoras não iriam derrubá-lo. Portanto, não precisavam ser reprimidas. Não concordo que qualquer policial do Exército repreenda uma mulher, principalmente esposa de oficial.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) apartou Antonio Carlos para lamentar que o governo não cumpra suas promessas. Romeu Tuma (PFL-SP) considerou gravíssimo o fato de

o presidente Lula não ter efetivado o aumento.

Marcelo Crivella (PL-RJ) disse que Guararapes reuniu brancos, negros e índios no "ideal de libertação", gerando as bases do Exército brasileiro e o sentimento de nação. Maguito Vilela (PMDB-GO) destacou o papel da instituição para a unidade nacional, em que se destacou Duque de Caxias, o Patrono do Exército.

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ressaltou que o Exército também vem prestando "inestimáveis serviços" com realizações voltadas à promoção da cidadania. O senador chamou ainda atenção para a atuação das tropas brasileiras em

missões de paz, como a que se realiza neste momento no Haiti.

Depois de render homenagens à instituição e a seu comandante, o general-de-exército Francisco Roberto de Albuquerque, Quintanilha agradeceu a concessão da medalha da Ordem do Mérito Militar, recebida ontem juntamente com Aelton Freitas (PL-MG), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Romeu Tuma, em solenidade no Quartel General do Exército. Outros senadores indicados — Gerson Camata (PMDB-ES), Hélio Costa (PMDB-MG) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) — não puderam comparecer à cerimônia.

## Paim critica desigualdade entre brancos e índios

Ao homenagear os índios brasileiros pela passagem do Dia do Índio, ontem, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a data deveria servir de pretexto para a formulação de políticas públicas que visem reverter a situação de desigualdade entre esses povos e o restante da população brasileira. O senador lembrou que, quando os portugueses chegaram ao Brasil, viviam aqui 3,5 milhões de índios; hoje, não passam de 700 mil.

—O mundo deveria pedir perdão aos povos indígenas, em nome de todas as raças, pelas injustiças cometidas no decorrer desses séculos.



**CULPA** Paim afirma que o mundo deveria pedir perdão aos povos indígenas

Paim leu a Declaração dos Povos Indígenas do Mundo e disse que também são índios os negros da África.

— Pobres homens e mulheres. Eram obrigados a esquecer suas origens, sua língua, sua pátria, sua religião, seus cultos, sua identidade — assinalou.

## No Plenário, elogios ao novo Papa

O senador Marco Maciel (PFL-PE) expressou seus sentimentos de júbilo pela escolha do novo Papa, o alemão Joseph Ratzinger, de 78 anos, que passa a se chamar Bento XVI. No entendimento de Maciel, ele terá dois grandes desafios: continuar o trabalho realizado pelo papa João Paulo II e responder aos novos tempos da era cristã.

Também comentaram a eleição de Bento XVI os senadores Maguito Vilela (PMDB-GO), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Paulo Octávio (PFL-



**DESAFIO** Maciel observa que Bento XVI deverá continuar trabalho de João Paulo II

DF), Augusto Botelho (PDT-RR), Amir Lando (PMDB-RO) e Delcídio Amaral (PT-MS).

— Em nome do Senado, congratulo-me com a Igreja pela escolha do novo Papa. Ele é conhecido pela sua calma, mas sobretudo pelo seu fervor. Sua missão é preparar a Igreja para os novos tempos — afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

## Vietnã quer estreitar laços econômicos com o Brasil

O Vietnã quer estreitar mais os laços econômicos com o Brasil e manifesta interesse crescente na importação de madeira e derivados, e também em uma maior colaboração na área do café, já que o país asiático é o segundo maior produtor de café do mundo.

Esse foi um dos temas discutidos ontem entre a delegação do governo vietnamita e o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), que representou, na audiência, o presidente do Senado, Renan Calheiros, que

estava dirigindo sessão em Plenário.

O chefe da delegação vietnamita, Truong Tang Sang, destacou que os recursos gerados pelo comércio de madeira e móveis, naquele país, chegam a U\$ 2 bilhões.

Tião Viana, por sua vez, afirmou que o Brasil vem avançando muito na modernização da indústria madeireira, ampliando seus mercados na Ásia, com produtos certificados pelo Selo Verde, que garante a exploração racional, sem destruir o meio ambiente.



**INTERESSES** Vice-presidente Tião Viana conversa com membros da comitiva asiática sobre comércio de madeira e de café

## Agaciel Maia recebe comitiva do Senado russo

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, recebeu ontem a delegação da Comissão de Controle do Asseguramento das Atividades do Conselho da Federação no Senado da Rússia, que veio conhecer o processo de modernização pelo qual passa o Senado brasileiro, sobretudo no que diz respeito aos projetos desenvolvidos nas áreas de informação e comunicação.

— A modernização do

Senado tem chamado atenção de muitos parlamentos — disse Agaciel.

A comitiva do Senado russo é integrada por dois senadores e funcionários daquele Parlamento, que receberam de Agaciel informações sobre a criação do Interlegis e o funcionamento do serviço 0800, que agora, além de acolher críticas e sugestões, permite que o usuário faça pesquisas sobre as atividades da Casa.



**EXEMPLO** Agaciel Maia mostra aos convidados processo de modernização do Senado brasileiro na área de informação

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Eduardo Siqueira Campos, Mão Santa, Papaléo Paes e Augusto Botelho